

Desapropriação só poderá ser feita com indenização prévia

BRASÍLIA — Ficou mais distante a ideia de a nova Constituição acelerar os processos de reforma agrária. Por 53 votos a 40, a Comissão de Sistematização decidiu que têm de ser mediante prévia e justa indenização as desapropriações por interesse social realizadas no país. "Com isso, fica mais uma vez dificultada a desapropriação de terra, porque o expropriado vai passar anos alegando no Judiciário que a prévia indenização não foi justa. E assim ele não entrega a terra", protestou o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), logo após a votação.

O deputado condenava sobretudo o descumprimento de um acordo que o PMDB fizera de manhã para incluir no projeto a palavra "prévia", mas retirar a palavra "justa", a fim de que não caíssem na lentidão do Judiciário os processos de desapropriação. Segundo Hage, a direita já concordara em retirar do texto a palavra "justa", a fim de que a reforma agrária não ficasse de todo inviabilizada. O argumento usado pela esquerda do PMDB para convencer os resistentes era de que já são muito vagarosos os julgamentos de depósitos judiciais prévios em casos de desapropriação.

Emenda — Da negociação desse acordo, fechado quatro horas antes da votação, participaram, além de Jorge Hage, os deputados Délio Brás, Ibsen Pinheiro, Egídio Ferreira Lima, Artur da Távola, Virgildásio Senna e outros parlamentares ligado ao MUP (Movimento Progressista) do PMDB. Ao meio-dia, Genivaldo Corrêa comunicou a esses parlamentares que o grupo de Sandra Cavalcante e Nelson Carneiro tinha con-

cordado em manter apenas a exigência de "prévia" indenização para desapropriações.

As 16h, o deputado Pimenta da Veiga ocupou a tribuna para defender o contrário do que estava previsto no acordo. Ele pediu ao plenário que acatasse uma emenda do deputado José Egreja (PTB-SP), que consagrava no texto de Bernardo Cabral exatamente o que nem este nem a esquerda queriam. A emenda dizia: "A lei estabelecerá os procedimentos para desapropriação, mediante prévia e justa indenização". Egídio Ferreira Lima subiu à tribuna e pediu que não se alterasse o projeto neste ponto. Roberto Freire ainda tentou explicar como a palavra "prévia" dificultaria a reforma agrá-

ria, mas foi inútil. Por 53 votos a 40, a emenda passou.

A redação do parágrafo 35 do artigo 5º ficou assim: "A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio-ambiente. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo público iminente, as autoridades competentes poderão usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano decorrente desse uso".

■ O deputado Aloysio Campos (PMDB-PB) presidia o debate sobre propriedade privada, na Sistematização, quando o microfone usado pelo deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que ocupava a tribuna, perdeu o som. Em voz alta, ele pediu a Aloysio Campos que aumentasse a potência do microfone. Sem entender, Campos insistia:

— Vossa Excelência está com a palavra. Pode falar.

— Acontece que meu microfone não tem som, presidente.

— Eu já disse que Vossa Excelência está com a palavra. Fale, deputado.

Campos só foi entender quando soube por que o plenário estava às gargalhadas.

■ Os acalorados debates no Congresso Nacional já levaram muitas vezes à troca de socos entre parlamentares. Mas sempre parlamentares do sexo masculino — mesmo porque eram poucas as mulheres na Câmara. Ontem, porém, quase aconteceu a primeira briga entre mulheres no plenário. As deputadas Rachel Cândido (PFL-RO) e Rose de Freitas (PMDB-ES) apresentaram emendas semelhantes sobre a defesa do consumidor e uma não aceitava votar a da outra. Só não saiu briga porque as duas se contiveram. Mas ficou no ar a ameaça de Rachel Cândido a Rose de Freitas:

— Eu não sou nenhuma dondoca, como a Rita Camata (PMDB-ES).

Quando sair daqui, eu te quebro a cara.

Estabilidade divide Sistematização

Exibindo o apoio do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, o presidente da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), Mário Amato, tentou uma nova rodada de negociações com a cúpula do PMDB, para a aprovação da emenda patrocinada pelo Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul. A proposta derruba a estabilidade no emprego, permitindo a demissão imotivada mediante o pagamento de indenização fixada por lei ordinária. Levada na noite de ontem pelo senador Albano Franco (PMDB-SE) a uma reunião no gabinete da presidente da Câmara, a emenda esbarrou na recusa do líder em exercício do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco.

Scalco havia sugerido há dias que se mantivesse o texto do primeiro substitutivo do deputado Bernardo Cabral, que simplesmente prevê a estabilidade, deixando sua regulamentação para lei ordinária. Alegou que seria uma forma de deixar as negociações entre empresários e trabalhadores para depois da Constituinte, quando a lei fosse elaborada.

Impasse — As negociações fo-

ram interrompidas por Albano Franco no início da semana. Após estudo detalhado do primeiro substitutivo de Cabral, a FIESP concluiu que o texto assegurava a estabilidade no emprego e que um inciso determinaria o pagamento de indenização e aviso prévio nos casos das demissões imotivadas. Na noite de ontem, Albano deu o não definitivo à proposta de Scalco e fincou pé na emenda do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, com o apoio do senador José Richa (PMDB-PR). Scalco, por sua vez, ficou irredutivelmente contra a emenda dos empresários gaúchos.

Do lado do PT, as negociações estão encerradas, pelo menos na fase da Comissão de Sistematização. O senador Albano Franco chegou a propor ao presidente do PT, deputado Luiz Inácio da Silva, Lula, e ao presidente da CUT, Jair Meneghelli, a adoção da jornada de 44 horas dois anos após a promulgação da nova Constituição. sem obter a concordância de nenhum dos dois. "Em outubro e novembro, várias categorias estarão negociando no acordo coletivo uma jornada de 42 horas. A Constituição já vai ser promulgada em defasagem com a realida-

de", disse o deputado Paulo Delgado (MG), justificando a recusa do PT. Também o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, recusou a proposta de Albano.

No final da reunião, Mário Amato não acreditava que novas rodadas de negociação pudessem ocorrer. O deputado Nelson Jobim (RS), em nome da liderança do PMDB, disse que, do ponto de vista regimental, as propostas do presidente da FIESP não teriam chances e insistiu que o entendimento seria o melhor caminho, mas nenhum dos lados cedeu.

□ O presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, perdeu ontem a paciência pela primeira vez. "Ninguém desafia minha autoridade, eu não admito isso", disse ao deputado José Costa (PMDB-AL), que insistia em pedir a palavra para uma questão de ordem. O debate era sobre a emenda da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que queria incluir no projeto a defesa do consumidor. Arinos tentou três vezes colocar o assunto em votação, mas o plenário não permitia. Depois de dar a palavra a quatro deputados, pediu à deputada que encaminhasse a votação, mas Costa só largou o microfone, quando Arinos gritou: "Não admito que o senhor dialogue mais comigo". Costa retirou-se.

Sai o bloco. Entra o voto solitário.

A Constituinte informa: sai de cena a tendência exibida em sua fase inicial de senadores e deputados atuarem em bloco e assim votarem os temas submetidos à sua deliberação. Entra a prática de os constituintes votarem solitariamente, sem preocupação com agrupamentos, organizações e partidos a que estejam vinculados. Foi o que ficou demonstrado nos dez primeiros dias de votação do anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização.

No caso da adoção da pena de morte para crimes cometidos em época de guerra, por exem-

Sem fechar questão

O Centro Democrático, bloco que diz reunir 106 parlamentares moderados do PMDB, decidiu liberar seus integrantes para votarem como quisessem o capítulo do anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral que propõe a adoção do parlamentarismo como sistema de governo. O deputado Expedito Machado, líder do bloco, imagina que a maioria dos seus companheiros votará a favor do presidencialismo. Quanto à definição do mandato do presidente José Sarney, o bloco pretende votar homogeneamente a favor dos cinco anos. Expedito é parlamentarista no mercado futuro, "agora não".

Sem assinaturas

"Quantos constituintes do PMDB me apóiam?" — indagou, recentemente, o presidente Sarney em conversa com o deputado Ulysses Guimarães. "São mais de 280", cravou Ulysses. Se correto, o número significaria metade mais um do total de constituintes. "Mas quais são? Eu preciso saber o nome", provocou Sarney. O senador Fernando Henrique Cardoso acha que descobriu a fórmula para driblar a exigência de Sarney de os constituintes que apoiam o governo subscreverem um documento que lhes será apresentado na próxima semana: a Executiva do PMDB se reúne, aprova o documento, e basta.

plo, votaram a favor do PT, o PCB, alguns constituintes do PDT, parte do PMDB e do PFL. Votaram contra o PC do B, a maior parte do PMDB e alguns deputados do PFL, com José Lourenço, líder do partido na Câmara Federal. O voto de José Lourenço surpreendeu os assessores parlamentares dos ministros militares, interessados na aprovação da pena de morte. "Não é possível", comentou, desolado, um deles.

Foi possível — como, aliás, também o foi assistir coincidências inesperadas de votos em relação a outros assuntos. Na votação do artigo que instituiu a prisão civil para quem não recolher aos cofres públicos tributos e contribuições que desconte, o PT, PCB e líderes empresariais do PMDB e do PFL ficaram juntos. Alegando razões jurídicas, estrelas da esquerda do PMDB votaram contra — entre elas, os deputados Pimenta da Veiga, Nelson Jobim e Egídio Ferreira Lima. O artigo foi aprovado.

A liquidação dos blocos,

Sem explicitar regime

Uma coisa será o pronunciamento do presidente José Sarney à Nação, que deveria ter ocorrido na última quarta-feira, foi transferido para a próxima segunda e poderá ficar para o dia seguinte. Outra coisa será o documento que correrá a Constituinte para obter assinaturas dos que se comprometam a apoiar o governo. O pronunciamento fará referência ao presidencialismo como o melhor sistema de governo para o Brasil no momento. O documento fará referência ao mandato de cinco anos que Sarney quer, mas não será explícito quanto ao sistema de governo. Tudo bem ao estilo Sarney.

Sem poder esperar

A continuar votando o anteprojeto de Constituição do deputado Cabral obedecendo a ordem natural dos capítulos, a Comissão de Sistematização só aprovará ou derrotará o parlamentarismo dentro de mais 15 dias, calcula o senador José Richa (PMDB-PR). A ofensiva do governo em favor do presidencialismo obrigou os parlamentaristas a tentarem nova manobra. Estão empenhados em recolher, desde ontem, 47 assinaturas entre os 93 membros da comissão para inverter a pauta de votação e antecipar, para a próxima semana, o duelo em torno do sistema de governo.

que, mais tarde, o plenário da Constituinte poderá ou não confirmar, resulta, naturalmente, em um evidente ganho de qualidade na medida em que produz um voto mais consciente — em alguns episódios, definido ali mesmo na hora em que é dado, depois de debates, por vezes, intensos e esclarecedores. Contrasta, por isso mesmo, com o voto concedido na fase das comissões temáticas da Constituinte, onde em várias delas funcionou o rolo compressor de maiorias articuladas.

Foi o rolo compressor formado por constituintes conservadores que derrotou, de uma ponta à outra, os progressistas que se aliaram ao senador Severo Gomes, relator da Comissão de Ordem Econômica. O troco ocorreu na Comissão de Ordem Social, onde os progressistas, organizados em bloco, venceram seus adversários. Tão rígidas e equilibradas eram as forças que duelaram na comissão que se ocupou da educação pública que nenhuma decisão chegou a ser tomada.

PINGA-FOGO

● O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) votará a favor do presidencialismo, o que agrada o governo, mas apoiará, caso seja nisto derrotado, a emenda que propõe a adoção do parlamentarismo gradual, o que agrada a maioria do seu partido.

● Do deputado Paulo Delgado (PT-MG): "Entre uma Constituição degenerada como a que se esboça, e uma Constituinte abortada, prefiro essa".

● Ficou para hoje a votação do artigo do anteprojeto de Cabral que concede estabilidade no emprego. O empresário Mário Amato e o deputado Ulysses Guimarães tentaram, ontem à tarde, um acordo em torno do assunto.

● Os presidencialistas juram que seu bloco está crescendo na Constituinte, mas não citam um único caso de conversão às suas cores.

● Do Radical de Araxá: "O presidente José Sarney já não merece a confiança dos seus ministros".

Ricardo Noblat

Deputada quer votação eletrônica

BRASÍLIA — A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) entrou com pedido de informação na Mesa da Sistematização para saber por que o sistema eletrônico de votação não foi usado até agora. Segundo ela, o sistema foi testado com sucesso e a demora em utilizá-lo dá mais tempo ao Planalto para pressionar os constituintes a votarem a favor do presidencialismo.

Técnicos da empresa AEG, responsável pela implantação do projeto de votação eletrônica da Constituinte, admitem que o sistema já pode ser utilizado. Nos testes feitos, inclusive com a convocação de funcionários da Câmara, que votaram como se fossem constituintes, os resultados se mostraram satisfatórios. Eles admitem que podem surgir pequenas falhas, naturais em todo sistema novo e em equipamentos recém-adotados, mas asseguram que a margem de segurança no funcionamento é grande. Os técnicos, porém, acham normal que a Câmara queira checar, por sua própria conta, a operação do sistema.

Suplentes — Os funcionários da AEG, no entanto, vêem alguns problemas operacionais para a utilização na Comissão do sistema que foi concebido para o plenário da Constituinte. Na Sistematização, votam em primeiro lugar os titulares e, num segundo turno, de acordo com o número de ausentes, os suplentes — procedimento que não ocorrerá no plenário da Constituinte. Os técnicos dizem que o programa não poderia determinar quais os suplentes de cada partido em condições de votar no segundo turno e contabilizar seus votos.

A única solução possível, com o atual programa, seria proceder à votação eletrônica com os titulares e, depois, à chamada nominal dos suplentes pela Mesa. Mas por zelo profissional, eles não aconselham isso. Resultaria num trabalho pouco elegante, resumiu um técnico; ele reconheceu, porém, que se ganhariam minutos preciosos em cada uma das dezenas de votações que se realizam diariamente na Sistematização.